

COLETIVO EDUCADOR: FORTALECENDO A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO NORTE DO RIO GRANDE DO SUL

Isabel Dahmer (Departamento de Ciências Biológicas da URI – Bolsista Extensão)
Aracieli Maria Vanelli (Departamento de Ciências Biológicas da URI – Bolsista PIBID)
Edina Elisa Mingotti (Departamento de Ciências Biológicas da URI – Bolsista Extensão)
Xenes Mara B. Bordin (Escola de Educação Básica da URI – Erechim)
Camila R. Dipp ((Departamento de Ciências Biológicas da URI – Mestranda em Ecologia)
Suelen Vazzatta Kellm (Departamento de Ciências Biológicas da URI – Bolsista PIBID)
Angélica Salini (Departamento de Ciências Biológicas da URI – Bolsista PIBID)
Angélica Saccomori (Departamento de Ciências Biológicas da URI – Bolsista PIBID)
Vanderlei Secretti Decian (Departamento de Ciências Biológicas da URI)
Sônia Beatris Balvedi Zakrzewski (Departamento de Ciências Biológicas da URI)

RESUMO

O Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho objetiva a formação permanente, participativa e continuada de educadores ambientais, com vistas à construção de um território sustentável. Atualmente, congregam o Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho 17 municípios da Associação dos Municípios do Alto Uruguai/RS. O Projeto vem sendo liderado pela URI - Campus de Erechim com a parceria de entidades da região (Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), EMATERASCAR/RS, 15ª Coordenadoria Regional de Educação, Conselho dos Secretários Municipais de Educação da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (CONSEME/AMAU), Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Apuaê-Inhandava e 3º Batalhão Ambiental da Brigada Militar – 2º Pelotão Ambiental). O Coletivo vem atuando em um processo de sinergia onde todos os municípios da região trabalham juntos para formação de um território ambientalmente sustentável. Até o momento foram elaborados e implementados pelo Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho projetos de educação ambiental. Por meio destes projetos desenvolvidos nos municípios vem promovendo o diálogo de saberes (científicos e populares), buscando o fortalecimento da educação ambiental para a sustentabilidade, por meio práticas educativas legitimamente participativas e continuadas, no seu território de abrangência. Os projetos tiveram como horizonte de ação o diálogo das escolas com a sociedade; valorizaram a presença das comunidades escolares nas soluções dos problemas da realidade local, relacionados com a conservação da biodiversidade; contribuíram para que as escolas e comunidades do Alto

Uruguai Gaúcho compreendessem e buscassem/analisassem soluções compartilhadas para a resolução dos problemas relacionados com a conservação da biodiversidade local.

Palavras-chave: território sustentável, conservação da biodiversidade, formação permanente

INTRODUÇÃO

Durante os anos de 2006 e 2007, o Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI – Campus de Erechim, por meio do Laboratório de Educação Ambiental, em parceria com a EMATER/ASCAR-RS, CONSEME da AMAU, CORSAN, 15ª CRE, Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Apuaê-Inhandava e Prefeituras Municipais, desenvolveram na Região do Alto Uruguai Gaúcho um projeto de Educação Ambiental (EA) denominado Projeto Lambari.

O Projeto Lambari, que teve como objetivo promover reflexões e ações voltadas à conservação e uso sustentável da água na região do Alto Uruguai Gaúcho abrangeu 10 municípios (Barão do Cotegipe, Áurea, Gaurama, Mariano Moro, Severiano de Almeida, Marcelino Ramos, Aratiba, Viadutos e Três Arroios). Inúmeras entidades governamentais e não-governamentais do território estiveram envolvidas em um processo de formação de Educadores Ambientais, que culminou com o desenvolvimento de um projeto voltado ao uso sustentável da água.

O grande envolvimento das instituições no projeto, e a repercussão do mesmo na região, motivou o grupo de Educadores Ambientais para a continuidade das ações de EA nos municípios. Desta forma surgiu a perspectiva da constituição de um Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho.

A Formação de Coletivos Educadores para territórios sustentáveis é uma proposta do Ministério do Meio Ambiente, o Coletivo Educador é a união de pessoas que trazem o apoio de suas instituições para um processo de atuação educacional em um território.

Neste trabalho descrevemos e analisamos a experiência de constituição e funcionamento do Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho.

METODOLOGIA E RESULTADOS

Entendendo a Proposta do Ministério do Meio Ambiente de Constituição de Coletivos Educadores Para Territórios Sustentáveis

A questão socioambiental possui um caráter transversal e pressupõe que a ação proativa extrapole os órgãos governamentais ambientais e envolva a sociedade como um todo. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio de ações, programas e projetos, objetiva

chegar a todos os cantos do país com uma proposta de EA para a sustentabilidade. Um destes projetos é o de constituição de Coletivos Educadores para Territórios Sustentáveis. É uma política que iniciou no ano de 2004 e está em processo de construção, mas nos locais onde se iniciou há mais tempo mostra grande vitalidade e potencial articulador da EA (BRASIL, 2006).

Em qualquer recorte territorial encontramos diversas instituições (prefeituras, secretarias, órgãos públicos, universidades, escolas, sindicatos, pastorais, movimentos, ONGs, associações e empresas) que atuam com educação, educação popular, educação ambiental, organização social e ação ambiental. Um dos grandes desafios do Coletivo Educador é a coordenação destes atores em torno de um projeto territorial de EA. Só a reunião das capacidades e recursos regionais pode dar conta de um projeto deste porte.

Um Coletivo é constituído por um conjunto de representantes de instituições que atuam em processos formativos e que se aproximam no sentido de possibilitar uma formação permanente, participativa e continuada em EA, voltada a totalidade de habitantes de uma região (FERRARO, 2006).

Segundo o MMA (2006), o Coletivo Educador caracteriza-se pela união de pessoas que trazem o apoio de suas instituições para um processo de atuação educacional em um território. Seu papel é promover a articulação institucional de políticas públicas, a reflexão crítica acerca da problemática socioambiental, o aprofundamento conceitual e a instrumentalização da população de sua área de abrangência para o desenvolvimento de ações em EA, visando a continuidade e a sinergia de processos de aprendizagem que contribuem para a construção de territórios sustentáveis.

O Coletivo Educador deve ser um grupo de pessoas que aprendem participando. Ele é democrático, não hierarquizado, transparente, sempre aberto a entrada de novos parceiros, novas instituições, no qual a solidariedade e a cooperação se tornam a regra, ele também é aberto à divergência e à emergência de conflitos, fundamentais para a vitalidade e criatividade do grupo.

Um dos objetivos de um Coletivo Educador é, por meio dos processos de formação, constituir uma rede de educadores ambientais populares que tenha como compromisso promover a melhoria do lugar onde vivem por meio de intervenções e da participação nas tomadas de decisão daquela região. O Coletivo deve, de forma contínua e permanente, apoiar e respaldar os educadores ambientais no planejamento, elaboração e execução destas intervenções. Desta forma, ele se torna referência para as ações educadoras locais.

A construção do Coletivo Educador surge como uma estratégia para a implementação de políticas públicas federais, estaduais e municipais de EA, uma vez que é uma instância institucional de interlocução e de referência para as ações educadoras locais. Por meio dos Coletivos Educadores, os diversos Ministérios e instituições com atuação junto a temas como EA, extensão rural, saneamento ambiental, sustentabilidade, diversidade, qualidade de vida, autonomia, educação e participação social poderão articular suas políticas de formação de gestores públicos, conselheiros, técnicos, educadores, professores e lideranças em geral, assim como qualificar seus fóruns de participação social e suas intervenções educacionais voltadas à criação e/ou aprimoramento de estruturas e espaços que tenham potencialidade de atuação como educadores na direção da sustentabilidade. Os Coletivos Educadores podem constituir-se em parcerias estratégicas na elaboração, na implementação e no controle social de Políticas Públicas no âmbito dos territórios onde atuam. (BRASIL, 2006).

Breve caracterização do Território Abrangido pelo Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho

O território abrangido pelo Coletivo Educador compreende 32 municípios pertencentes à Associação dos Municípios do Alto Uruguai do Rio Grande do Sul (AMAU). A área territorial dos municípios que fazem parte deste estudo é de 6.352,33 Km², o que equivale a 2,25% do total da área do estado do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com o rio Uruguai e com o estado de Santa Catarina (BORDIN, ZAKRZEVSKI, DIPP e DECIAN, 2008).

Até o momento, integram o Coletivo Educador, entidades de 17 municípios da região do Alto Uruguai Gaúcho: Áurea, Barão de Cotegipe, Campinas do Sul, Entre Rios do Sul, Erechim, Erval Grande, Faxinalzinho, Gaurama, Getúlio Vargas, Jacutinga, Mariano Moro, Paulo Bento, Quatro-Irmãos, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos.

Os Educadores Ambientais que congregam o Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho estão divididos em grupos que, conforme a denominação do MMA, são chamados de PAP – Pessoas que Aprendem Participando – é chamado PAP1 o grupo constituído pelo órgão do MMA responsável pela Gestão dos Coletivos Educadores no território nacional; PAP2 o grupo formado pelas instituições proponentes dos Coletivos Educadores nas diversas regiões do país; e PAP 3 formado pelas instituições do território de abrangência que congregam o Coletivo Educador em seus municípios e interagem com o PAP2, através do diálogo de saberes, onde diferentes entidades tem a oportunidade de trocar suas experiências e conhecimentos, formando assim uma rede de EA no território.

Constituem o PAP2 do Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho: a Universidade

Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões – Campus de Erechim (entidade proponente do Coletivo), a Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), a EMATER-ASCAR/RS, a 15ª Coordenadoria Regional de Educação, o Conselho dos Secretários Municipais de Educação da Associação dos Municípios do Alto Uruguai (CONSEME/AMAU), o Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Norte, o Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica Apuaê-Inhandava e 3º Batalhão Ambiental da Brigada Militar – 2º Pelotão Ambiental.

O Processo de Constituição do Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho

O processo de constituição do Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho aconteceu em algumas fases, descritas a seguir.

Fase I: Aprofundamento conceitual, divulgação do Coletivo Educador e articulação das organizações do território que atuam com EA.

No primeiro momento do processo de constituição do Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho, foram realizados encontros periódicos entre as entidades proponentes do Coletivo para melhor compreensão e internalização da proposta do Projeto, bem como discussão e planejamento das atividades do Coletivo. Também foram realizadas reuniões de divulgação, sensibilização e apoio para a participação de entidades dos municípios no Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho.

Para iniciar o processo de aprofundamento conceitual para a formação de lideranças, algumas entidades proponentes do Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho, participaram da Oficina Estadual de Coletivos Educadores, promovida pelo MMA. A oficina visou contribuir na consolidação da política de Coletivos Educadores e da construção de uma rede de comunicação entre os Coletivos do Rio Grande do Sul.

A partir desse levantamento, a proposta de constituição do Coletivo foi socializada com as entidades identificadas da região e as mesmas foram convidadas a congregar o Coletivo.

Fase II: Mapeamento da realidade socioambiental da Região do Alto Uruguai Gaúcho

No primeiro semestre de 2008, as entidades participantes do Coletivo estiveram envolvidas no mapeamento socioambiental territorial, com ênfase: a) no mapeamento do potencial e da diversidade local (experiências, programas, colegiados, redes, segmentação social, estruturas educadoras e meios de comunicação) existentes no território em EA; b) na identificação dos conflitos socioambientais do território de abrangência do Coletivo; c) no

mapeamento de recursos institucionais, humanos e materiais existentes no território para a EA.

Num primeiro momento, as entidades realizaram um levantamento dos projetos/experiências/ações em EA desenvolvidos nos últimos cinco anos. A socialização deste levantamento aconteceu por meio de seminários realizados na URI – Campus de Erechim, onde participaram lideranças municipais (vereadores, prefeitos, secretários, professores, representantes de sindicatos, entidades que atuam com a extensão rural, etc.), e também Empresas que têm investido em ações de EA nos municípios.

A partir dos levantamentos foi mapeado o potencial e a diversidade local: principais entidades/sujeitos que trabalham com EA, principais projetos/experiências/ações em EA, temas contemplados, estratégias metodológicas adotadas e materiais produzidos, bem como algumas dificuldades enfrentadas no que se refere ao trabalho com EA na região do Alto Uruguai Gaúcho.

Inúmeras entidades desenvolvem ações de EA na região, merecendo destaque o trabalho desenvolvido pelas escolas das Redes Pública municipal e estadual, pela EMATER/ASCAR–RS, pelas Secretarias Municipais de Educação e Meio Ambiente; pela URI – Campus de Erechim, pela CORSAN.

Três aspectos parecem bastante fragilizados com relação a EA no cenário do Alto Uruguai: a ausência de dados concretos sobre os projetos, a descontinuidade das ações e a ausência de processos avaliativos em projetos em desenvolvimento. No âmbito da EA escolarizada, observa-se o envolvimento da comunidade do entorno, mas com pouca inserção da dimensão ambiental na estrutura curricular.

Os projetos de EA que envolvem a comunidade promovem cursos e palestras em diversos locais, sem oferecer a continuidade das intervenções num mesmo grupo ou local privilegiado. Poucos são os materiais comunicacionais produzidos pelas entidades (boletins, jornais, vídeos, livros, cartilhas), e esses conservam uma interlocução unidirecional.

Embora com lacunas, é possível considerar que as experiências em EA são legítimas e que muitas trazem importantes contribuições à região do Alto Uruguai. Mais do que apontar as limitações, é preciso estimular as iniciativas para que as idéias não se percam. Não será o processo de exclusão que fará os projetos e experiências melhorarem, mas fundamentalmente, é necessário incluí-las para que coletivamente possamos potencializar as ações nas reflexões, trazendo o sentido de participação para o fortalecimento da EA.

Convém ressaltar que a pesquisa desenvolvida valorizou as diferentes práticas sociais existentes e favoreceu o diálogo de saberes buscando o fortalecimento da EA no território. A

pesquisa participante desenvolvida também permitiu a identificação dos conflitos socioambientais existentes no território.

Quando um coletivo de movimentos e instituições ambientalistas e educadoras decide elaborar o seu programa de EA para a região onde pretende atuar, a primeira tarefa que se coloca é a do mapeamento da realidade socioambiental onde irá atuar. Programas de EA territoriais devem tomar por base um mapeamento que possa orientar a definição dos públicos, conteúdos, estratégias pedagógicas, combinação entre momentos presenciais e à distância, dentre outros pontos a serem debatidos neste texto. Em síntese, todo o necessário para iniciar um Projeto Político Pedagógico para o território.

Fase III: Elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho e do processo de formação de educadores ambientais

A fase de elaboração do Projeto Político Pedagógico (PPP) do Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho iniciou em julho/2008. Nela foram construídos os marcos conceituais, situacionais e operacionais, que orientarão a definição de metodologias para o processo formativo, o cardápio de aprendizagem, entre outros.

Para a elaboração do Projeto Político Pedagógico foram utilizadas perguntas norteadoras sugeridas pelo Ministério do Meio Ambiente: a) Quem são as instituições de nosso território que, de alguma forma, promovem processos de formação ou intervenções educacionais? b) Quais os desafios da educação ambiental crítica no nosso contexto? c) Que formação devemos ter e oferecer enquanto educadores e educadoras ambientais? d) Como um programa de educação ambiental poderia envolver todo o nosso contexto? e) Como nossas instituições devem se articular para realizar um programa continuado de Formação de Educadores Ambientais? f) Quem são, no nosso contexto, as pessoas que poderiam desempenhar o papel de formadores de educadores ambientais populares de modo a envolver TODAS as pessoas?

A partir das respostas para estas questões ficou claro que o desejo dos participantes do Coletivo é de conhecer melhor a realidade de cada contexto, formar educadores ambientais críticos, envolver todas as entidades do território, aproximar as entidades das lideranças municipais, repassar informações seguras e com bases científicas, resgatar a realidade sócio-cultural do território e trocar experiências entre as entidades e entre Coletivos Educadores de outros territórios.

Foram discutidas também a Lei de Educação Ambiental e o Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais, a fim de conhecer melhor as políticas públicas que norteiam o processo de Formação do Coletivo Educador e para servir como apoio para o PPP.

Durante o processo de construção do PPP foi definida a metodologia que será utilizada no processo formativo; estratégias e mecanismos de implementação articulada da formação de educadores, da educação por meio de estruturas educadoras, da participação em fóruns e colegiados da educomunicação socioambiental e das modalidades de educação (presencial, à distância e difusa); cardápio de aprendizagem inicial e plano para ampliação do mesmo; como se dará a orientação das intervenções educacionais que serão realizadas como forma de construção do conhecimento pautadas na interface teoria-prática (Práxis Pedagógica); proposta de funcionamento do Coletivo Educador por micro-territórios; critérios para seleção de educandos; instrumentos e critérios de certificação de educandos, quando se julgar necessário.

A partir da conclusão destas fases o Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho constituiu-se em um grupo de EA para a construção de um território sustentável no Alto Uruguai/RS que vem desenvolvendo projetos de EA na região de abrangência.

As experiências desenvolvidas

A seguir são descritas as atividades de planejamento e de implementação das ações.

a) Elaboração coletiva de projetos de EA implantados nos municípios: foram elaborados projetos voltados à Conservação de Recursos Hídricos, Unidades de Conservação, Conservação das Florestas, Conservação de Áreas de Preservação Permanente, entre outros.

b) Produção de materiais didáticos que subsidiaram a implantação do projeto de educação ambiental: Os materiais foram produzidos pelos grupos de integrantes dos PAP2 e PAP3 para subsidiar a implementação do projeto nos municípios: livros de história, apresentações, textos, videodocumentário. Os mesmos serviram como base e uma forma de contribuição no processo de sensibilização e construção de conhecimentos sobre as UC e a conservação das mesmas.

Após a produção dos materiais didáticos os mesmos foram disponibilizados aos integrantes do Coletivo Educador em meio digital (CD) para que os mesmos fossem usados nos processos de sensibilização e aprendizagem.

c) Formação de professores sobre áreas de preservação permanente: em cada projeto a formação dos professores acontece em dois momentos, contando com o apoio da 15ª Coordenadoria Regional de Educação e das Secretarias Municipais de Educação.

d) Implementação do projeto nos municípios: As atividades envolveram diferentes segmentos das comunidades, por meio da realização das seguintes atividades: a) palestras e reuniões comunitárias, envolvendo a comunidade em geral, sindicatos, grupos de jovens, clube de mães, entre outros para a discussão sobre os problemas relacionados à conservação; b) Palestras e Oficinas com estudantes do ensino médio; c) Encontros Infantis de Meio Ambiente, com a realização de atividades lúdicas com caráter informativo (teatro, vídeo, música e mini-palestra) para os estudantes dos 17 municípios que congregam o Coletivo Educador; d) Divulgação de notas informativas nas Rádios Comunitárias dos municípios integrantes do Coletivo Educador; e) Conferência Infanto-Juvenil de Meio Ambiente.

No ano de 2011 e 2012 algumas atividades coordenadas pelo Coletivo Educador, mereceram destaque:

a) Conferência Infantojuvenil do Meio Ambiente - Conservação das Florestas

Durante o ano de 2011, as escolas estaduais e municipais dos 17 municípios que congregam o Coletivo Educador estiveram envolvidas na preparação da IV Conferência Infantojuvenil de Meio Ambiente do Alto Uruguai Gaúcho, com o tema central “Conservação das Florestas”. O tema da Conferência foi alusivo às comemorações do “Ano Internacional das Florestas”, intitulado pela UNESCO.

A Conferência aconteceu em algumas fases:

I - Conferência na Escola

Cada escola promoveu uma Conferência envolvendo a comunidade escolar. Essa ação permite conhecer, debater e tomar atitudes para garantir um Planeta mais sustentável, equitativo e justo. Isso contribui para mudar nosso lugar, nosso país e também o mundo. (BRASIL, 2005, p. 5).

Os alunos foram mobilizados para o estudo dos textos que foram distribuídos entre eles e para a organização de uma apresentação à escola sobre o assunto.

Pessoas que atuam na comunidade foram convidadas para opinar, sugerir e se comprometer com as ações definidas durante a Conferência, pois a resolução de muitos problemas a serem debatidos não depende só da escola ou da comunidade. Também é importante o compromisso da prefeitura, dos órgãos públicos, das empresas e de outras organizações da sociedade;

Para a preparação da Conferência na Escola, foi importante a organização dos grupos por série/turma ou outro critério definido pela escola.

II- Conferência Municipal

A Conferência Municipal foi realizada em cada município, em local e horário definido pelas escolas juntamente com a Secretaria Municipal de Educação, as quais tiveram à disposição o tempo de 15 minutos para a apresentação tanto do trabalho Selecionado na escola como da Responsabilidade Coletiva assumida pela referida escola (cartaz).

A IV Conferência Infantojuvenil de Meio Ambiente do Alto Uruguai Gaúcho aconteceu na URI-Campus de Erechim, contando com a participação de alunos de ensino fundamental, professores e funcionários das Escolas Estaduais, Municipais e Privadas de todos os municípios que congregam o Coletivo Educador. Na mesma os estudantes tiveram oportunidade de apresentar os trabalhos elaborados durante o semestre, bem como as responsabilidades e ações que as suas escolas, municípios assumiram em relação à conservação e preservação das florestas.

Os estudantes representantes dos municípios apresentaram seus trabalhos sob as mais diferentes formas: teatros, paródias, palestras, vídeos e debates sobre os temas: Código Florestal Brasileiro, Reflorestamento, Mata Atlântica e Amazônia, Floresta Ombrófila Mista, Florestas mais ameaçadas do Mundo e a Importância das Florestas.

III- Conferência Regional

A IV Conferência Regional Infanto-Juvenil de Meio Ambiente, aconteceu na URI-Campus de Erechim, contando com a participação dos Delegados e Delegadas de Meio Ambiente, professores e funcionários das Escolas Estaduais, Municipais e Privadas de todos os municípios que congregam o Coletivo Educador. Na mesma os estudantes tiveram oportunidade de apresentar os trabalhos em relação a Conservação das Florestas, bem como as responsabilidades e ações que as suas escolas, municípios assumiram.

b) Produção dos videodocumentários pelos estudantes das Escolas

Durante o 2º semestre de 2012 com o intuito de promover a investigação sobre temáticas socioambientais na região do Alto Uruguai Gaúcho, as escolas participantes do Coletivo Educador trabalharam na produção de videodocumentários ambientais.

Os videodocumentários tiveram a finalidade de explorar os conteúdos de ciências envolvidos; estimular as crianças e pré-adolescentes a refletir sobre as interações ciência –

tecnologia – sociedade; discutir ideias acerca da natureza da ciência e dos cientistas e desenvolver a capacidade de análise crítica da informação.

Foram exibidos dez videodocumentários: Parque Municipal Longines, produzido pelo Laboratório de Educação Ambiental da URI, um vídeo produzido pela escola Municipal Pedro Herreiras, Plantas medicinais da Escola Bela Vista, um vídeo produzido pelo Colégio Agrícola, Poluição dos Rios, Automóveis em Erechim e a Poluição atmosférica, Minhocário e compostagem, Tratamento de Esgoto da Escola Municipal José Bonifácio e Lixo não é lixo é luxo produzido pelos estudantes do CRAS.

A apropriação dos recursos tecnológicos relativamente acessíveis com o uso criativo dos programas, que é uma atividade prazerosa para boa parte dos adolescentes e a busca por uma aprendizagem significativa e interdisciplinar são os ingredientes responsáveis pela idealização e concretização de tal proposta.

c) Oficinas pedagógicas para estudantes do ensino fundamental/ médio e EJA:

As atividades realizadas buscaram proporcionar aos estudantes a oportunidade de vivenciar situações concretas e significativas, baseadas no sentir, pensar e agir, com objetivos pedagógicos, contribuiu para a construção e produção de conhecimentos teóricos e práticas de forma ativa e reflexiva.

As oficinas foram realizadas com diversos estudantes tendo como temas: Compostagem: uma alternativa inteligente, reciclagem de papel, vida de sapo, formigas e seu formigueiro, abelhas e seu trabalho e As aranhas: animais curiosos. As mesmas contribuíram para a construção de saberes, as ações partiram das necessidades, dos interesses, das habilidades, dos valores, julgamentos, curiosidades, conhecimento prévio e experiências vivenciadas pelos alunos.

O Coletivo Educador participou através da realização de oficinas pedagógicas na 6ª Primavera de Museus que ocorreu no museu da URI e “ Espaço Cultura Viva”, em frente ao campus.

O objetivo destas foi proporcionar uma oportunidade de integrar os estudantes de modo a refletir sobre a natureza e suas ações coletivas, os assuntos trabalhados foram: Formigas e seu formigueiro, Abelhas e seu trabalho, reciclagem de papel, vida de sapo, aranhas: animais curiosos e Araucárias: nosso pinheiro brasileiro.

Os trabalhos realizados foram de extrema importância, pois proporcionou aos estudantes a troca de experiências e contribuiu para o aprofundamento de seus conhecimentos já existentes de forma diferenciada.

d) Sessões de Cinema Ambiental: Circuito Tela Verde (MMA)

O Circuito Tela Verde e Sessões de Cinema Ambiental. O Circuito Tela Verde é uma iniciativa do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério da Cultura, que tem como objetivo estimular a produção audiovisual independente sobre a temática socioambiental.

Os filmes exibidos foram dos mais variados tipos, desde documentários produzidos por agentes ambientais, curtas de animação até vídeos caseiros sobre projetos de Educação Ambiental. O circuito promove a sensibilização, reflexão e mobilização dos públicos sobre o meio em que vive, estimula a produção de materiais alternativos e independentes e leva filmes sobre a temática socioambiental para espaços exibidores de dentro e fora do país.

Jovens, crianças e adultos são estimulados a olhar seu meio e traduzir, em linguagem de audiovisual, suas realidades. Dessa forma, busca-se conscientizar as pessoas da importância de suas ações nos processos de gestão ambiental. A comunidade não só pode como deve participar desses processos voltados para a sustentabilidade e consciência coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho busca valorizar as diferentes práticas sócio-ambientais existentes. Atua no desenvolvimento de uma capacidade de diálogo de saberes (científicos, filosóficos, populares) “com”, “sobre” ou “para” seus públicos, buscando o fortalecimento da educação ambiental para a sustentabilidade por meio práticas educativas legitimamente participativas e continuadas no seu território de abrangência.

O diálogo necessário para estabelecer as bases mínimas de atuação conjunta em relação ao meio ambiente e o desenvolvimento para a sustentabilidade se dá por meio de processos de aprendizagem continuada e permanente. Neste sentido, à aprendizagem sócio-ambiental realizada pelo Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho adapta conceitos e propostas de Educação Ambiental para a realidade encontrada em seu próprio território, possibilita a existência de uma ação conjunta entre as diversas instituições que o congregam, amplia o desenvolvimento de atividades e projetos de EA formal e não-formal e garante o fortalecimento da EA na região.

Convém ressaltar que a caminhada percorrida para a constituição do Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho, possibilitou o aprofundamento dos conhecimentos sobre a realidade sócio-ambiental do Alto Uruguai/RS, servindo de subsídios para a elaboração e implementação de projetos de EA na região, a fim de construir um território ambientalmente sustentável.

Os projetos, que foram implementados de modo participativo, tiveram na avaliação continuada, uma grande referência para a superação das dificuldades e potencialização de suas virtudes. Promoveu o diálogo de saberes (científicos, filosóficos, populares), buscando o fortalecimento da educação ambiental para a sustentabilidade, por meio práticas educativas legitimamente participativas e continuadas, no seu território de abrangência.

Os projetos tiveram como horizonte de sua ação o diálogo das escolas com a sociedade, valorizando a presença das comunidades escolares nas soluções dos problemas da realidade local, relacionados com a Conservação das Florestas e Unidades de Conservação; contribuindo para que as escolas e comunidades do Alto Uruguai Gaúcho compreendessem e buscassem/analisassem soluções compartilhadas para a resolução dos problemas relacionados com o tema abordado em cada projeto.

REFERÊNCIAS

BORDIN, X.B; ZAKRZEVSKI, S.B; DIPP, C.R; DECIAN, V.S. **Coletivo Educador do Alto Uruguai Gaúcho: por uma educação ambiental permanente, participativa e continuada.** Trabalho apresentado na XVIII SAUMA – Semana Alto Uruguai do Meio Ambiente. Erechim: URI, 16 a 19 set. 2008.

BRASIL. **Programa Nacional de Formação de Educadores Ambientais – por um Brasil educado e educando ambientalmente para a sustentabilidade.** Brasília: MMA: Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, 2006.

BRASIL. **Chamada Pública MMA n. 01/2006.** Brasília: Diretoria de Educação Ambiental, 2006.

FERRARO, L. A. (Org.) **Encontros e caminhos: formação de educadoras (es) ambientais e coletivos educadores.** Brasília: MMA: Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

TOZONI-REIS, M.F.C. **Pesquisa-Ação.** In: FERRARO et al. Caminhos e Encontros: Formação de Educadores Ambientais e Coletivos Educadores. Brasília, MMA. 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Rede Brasileira de Agendas 21 Locais.** Brasília: Rede Brasileira de Agendas 21 Locais, s.d.

BRASIL. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. **Agenda 21.** Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=18>. Acesso em 18 de jan. 2010.